

PATRIMÔNIO E GESTÃO – COISAS DE MUSEU

Heloísa Helena Fernandes Gonçalves da Costa^{*}
Luciana Silveira Cardoso^{**}

RESUMO

O presente artigo traz à discussão a contribuição da disciplina “Patrimônio, História e Memória em Museus” para o desenvolvimento e aporte teórico do projeto “Museu como instrumento de Gestão do Patrimônio Cultural: Desenvolvimento do Plano Museológico no Museu Antropológico Diretor Pestana” (MADP), apresentado ao Programa de Pós Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria/RS. A partir dos conceitos trabalhados em sala buscou-se novos olhares sobre o tema da pesquisa, bem como a ampliação das possibilidades de ação e a interação entre patrimônio cultural e gestão museológica. Sempre considerando o Museu Antropológico Diretor Pestana e as políticas de gestão a serem exercidas.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Gestão Museológica, Museu Antropológico Diretor Pestana.

ABSTRACT

This article presents a contribution to the discussion of the discipline "Heritage, History and Memory in Museums" for the development and theoretical project "Museum as an instrument of Cultural Heritage Management: Plan Development Museológico the Anthropological Museum Director Pestana" (MADP) presented to Vocational Graduate Program in Cultural Heritage Federal University of Santa Maria / RS. From the concepts used in the classroom we sought new perspectives on the topic of research, as well as the expansion of the possibilities of action and interaction between cultural heritage and museum management. Always considering the Anthropological Museum Director Pestana and management policies to be exercised.

Key-words: Patrimônio Cultural, Gestão Museológica, Museu Antropológico Diretor Pestana.

^{*} Universidade Federal da Bahia(UFBA), Doutora em Sociologia pela Université du Québec à Montréal.

^{**} Museu Antropológico Diretor Pestana, Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Pelotas(UFPel) e Mestranda do Programa de Pós Graduação Profissional em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria(UFSM).

INTRODUÇÃO

É importante observar que muitas são as ações desenvolvidas em favor da preservação de patrimônio, entretanto, torna-se fundamental entender e reconhecer que o patrimônio é muito mais do que uma edificação e/ou um fato histórico. De acordo com Luporini (2000), nos dias atuais pensar o patrimônio é reconhecer as mudanças na conceituação do termo, que passa de patrimônio histórico para patrimônio cultural e direciona as ações de preservação considerando não só o edificado, mas também os saberes, os fazeres, as manifestações, etc.

Entendemos que para haver uma real preservação do patrimônio cultural é necessário que se projetem ações mais ajustadas às novas realidades sociais. Neste sentido, apresenta-se a necessidade de criar e atualizar nossas instituições museais, para que trabalhem com a memória social e o patrimônio cultural, e tornem-se espaços relevantes para a cidadania.

Concordamos com Santos (2002):

A Museologia e o Museu têm uma importância central no contexto de reconstrução das nações, na busca de um mundo livre e equitativo. Para tanto, torna-se necessária a formulação de novas diretrizes, à luz dos conhecimentos historicamente acumulados, no sentido de utilizar o patrimônio cultural como um referencial para o exercício da cidadania e desenvolvimento social, por meio do processo educativo. (SANTOS, 2002, págs. 38 e 39)

Percebemos ser necessário que se busque, para que possamos cumprir com sucesso o objetivo proposto acima, a preservação do patrimônio considerando os fenômenos sociais de acordo com sua dinâmica real, ou seja, considerando, sobretudo, os grupos sociais envolvidos nos processos e as diversidades culturais, pois assim exerceremos com propriedade o “fazer museológico”, sempre reconhecendo a cultura como um processo.

E é neste sentido, considerando os processos culturais e percebendo a necessidade do fazer museológico, que entram em voga as questões relacionadas à gestão museológica. Entendemos que não basta criar ou melhorar as instituições de caráter museológico. Tal ação deve ser acompanhada de uma política de gestão efetiva que reconheça as necessidades dos espaços de memória, bem como auxilie no desenvolvimento de políticas de preservação relacionadas aos acervos, segurança, documentação, difusão, estrutura física, educação e, sobretudo, de reconhecimento e utilização da instituição por parte da sociedade, aceitando aquele espaço como seu, tanto para usufruir quanto para salvaguardar.

A gestão eficaz do museu é uma responsabilidade que envolve todos os recursos e as atividades museológicas e todo o pessoal. É um elemento necessário no desenvolvimento e progresso do museu. Sem gestão própria, um museu não pode providenciar a preservação e a utilização adequada do acervo, nem pode manter e apoiar uma exposição e um programa educativo eficaz. Sem uma gestão qualificada,

pode perder-se o interesse e a confiança pública e o reconhecimento e valor do museu, como instituição ao serviço da sociedade, pode ser posto em perigo. Necessita de ser uma reflexão a um alto nível de desenvolvimento social com pessoal com várias competências educativas e de tomadas de decisão. (Edson, 2004, pg.145)

A nosso ver, concordando com Edson (2004), o papel fundamental das políticas de gestão é apoiar a organização da instituição, para que seja possível alcançar resultados consistentes e assim a Missão institucional seja articulada e cumprida. Defendemos que a gestão museológica é a ferramenta necessária para que os museus se reconheçam, e consigam cumprir com excelência suas diretrizes básicas enquanto espaços destinados à salvaguarda e preservação das memórias e, conseqüentemente, das identidades sociais.

Indo ao encontro dos aspectos apresentados e defendidos, está a responsabilidade do Museu Antropológico Diretor Pestana – MADP de ser um local referência para a sociedade ali representada, ou seja, um patrimônio cultural local, além da questão de ausência de políticas efetivas de gestão no museu referido.

DESENVOLVIMENTO – o projeto

Inaugurado em 1961 e tendo como objetivo representar “O homem, na sua evolução dentro do seu meio ambiente, como membro ativo da comunidade” (Fischer, 1962, p.02), o Museu Antropológico Diretor Pestana se constitui em uma instituição museológica que se apresenta, perante a comunidade Ijuicense e da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, como um espaço destinado a guarda dos artefatos que representavam a sociedade, bem como um local de estudos e pesquisas.

Segundo Mário Osório Marques (1961), o Museu foi fundado para:

...proceder um levantamento, de todos os setores do município e da região. Estudaremos nossa história: as origens e desenvolvimento desta região.... aqueles esforços, aqueles sacrifícios iniciais, todo o heroísmo que se expendeu, tudo que deve ser recordado, é necessário que nada se perca... para que tenhamos tradição, para que nossa vida tenha continuidade. (MARQUES, 1961)

É neste sentido, reconhecendo a relevância desta instituição para a salvaguarda dos objetos, documentos e relatos da comunidade da Região Noroeste do RS, que se entende a necessidade de elaborar e efetuar políticas direcionadas para a gestão do Museu.

Tendo sido aberto ao público em 25 de maio de 1961, por iniciativa do Centro de Estudos e Pesquisas Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, o Museu

Antropológico Diretor Pestana estava responsável por várias tipologias de objetos, bem como documentos referentes ao município de Ijuí e da Faculdade mantenedora.

Seu acervo inicialmente foi constituído pela doação de material arqueológico coletado na região pelo Dr. Martin Fischer, um dos fundadores do Museu, sendo acrescido por doações da comunidade ijuicense. Os cidadãos foram incentivados pelo Programa Radiofônico “Nossas Coisas Nossa Gente” a participarem do projeto dos fundadores da instituição, que ia ao ar semanalmente.

Atualmente, o Museu é mantido pela Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – FIDENE, estando situado em prédio próprio com área de 1.600m², sendo 491m² destes ocupado pela Exposição de Longa Duração. A mesma retrata desde a caminhada do Índio, primeiro habitante da Região, seguido do Caboclo e do Negro, até aspectos das diferentes atividades desenvolvidas a partir da fundação e colonização do município pelos 19 grupos étnicos que se instalaram, apresentando ainda atividades agrícolas, comunicação, transporte, indústria, comércio, prestação de serviços, lazer, educação, religião e moradia, concluindo com um espaço reservado às manifestações culturais presentes atualmente.

Além do acervo em exposição, que é cerca de dez por cento da totalidade de objetos musealizados, o Museu é responsável pela salvaguarda de documentos bibliográficos, iconográficos, filmográficos, sonoros e textuais que estão classificados sob normas arquivísticas e pertencem, de acordo com sua entrada, a um dos arquivos, sendo os mesmos: Arquivo Ijuí, Arquivo Sindicalismo, Arquivo Cooperativismo, Arquivo Regional e Arquivo Kaingang, Guarani e Xeta, além do Arquivo FIDENE – arquivo institucional.

Podemos dizer que o Museu Antropológico Diretor Pestana tem sido, desde a sua criação, um local de experimentação. Afinal, destacou-se como a primeira instituição da Região Noroeste que iniciou o processo de salvaguarda, em espaço único, de todos os documentos referentes à história e memória da sociedade local e regional, também por ser parceiro da 4ª Região Museológica do Estado do Rio Grande do Sul e desenvolver atividades em parceria com o Sistema Estadual de Museus.

Entretanto, algumas atividades técnicas específicas foram sendo deixadas à margem das demais demandas, o que gerou para o Museu grandes problemas no que tange ao alto reconhecimento de sua Visão e Missão.

Embora seja reconhecida pela comunidade como um local de guarda e comunicação, a instituição desconhece suas necessidades e potencialidades, e por tal motivo acaba não conseguindo assumir uma diretriz para o desenvolvimento de suas demandas, muitas vezes optando pelo abandono de certa atividade, sem ao menos avaliar as influências que podem ser geradas a partir de tal ação.

Ao observar tal realidade e, através do conhecimento empírico conhecer as enfermidades geradas pela falta de diretrizes, é possível notar o quanto as teorias e práticas museológicas estão unidas e dependem uma da outra para o desenvolvimento de uma ação efetiva, sendo possível perceber também que hoje a elaboração de uma política de gestão¹ museológica é, sem dúvida, a ferramenta necessária para reconhecer as necessidades e apontar as soluções a curto e longo prazo.

Além disto, é importante citar que o MADP, assim como os demais Museus Brasileiros, deve adequar-se à Lei 11.904, de janeiro de 2009, que Institui o Estatuto dos Museus. Dentre os vários apontamentos estão os Artigos 44, 45, 46 e 47, que direcionam e afirmam a necessidade de que as instituições elaborem e implementem o Plano Museológico.

Art. 44. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico.

Art. 45. O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.

Art. 46. O Plano Museológico do museu definirá sua missão básica e sua função específica na sociedade e poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros:

I – o diagnóstico participativo da instituição, podendo ser realizado com o concurso de colaboradores externos;

II – a identificação dos espaços, bem como dos conjuntos patrimoniais sob a guarda dos museus;

III – a identificação dos públicos a quem se destina o trabalho dos museus;

IV – detalhamento dos Programas:

- a) Institucional;
- b) de Gestão de Pessoas;
- c) de Acervos;
- d) de Exposições;
- e) Educativo e Cultural;
- f) de Pesquisa;
- g) Arquitetônico-urbanístico;
- h) de Segurança;
- i) de Financiamento e Fomento;

¹ Utilizamos tal expressão pois, além do Plano Museológico os Museus necessitam, para um efetivo processo de gestão, de outros documentos, tais quais: Regimento Interno e Organograma. Documentos estes que o MADP já desenvolveu e baseia-se para realização de suas atividades.

j) de Comunicação.

§ 1º Na consolidação do Plano Museológico, deve-se levar em conta o caráter interdisciplinar dos Programas.

§ 2º O Plano Museológico será elaborado, preferencialmente, de forma participativa, envolvendo o conjunto dos funcionários dos museus, além de especialistas, parceiros sociais, usuários e consultores externos, levadas em conta suas especificidades.

§ 3º O Plano Museológico deverá ser avaliado permanentemente e revisado pela instituição com periodicidade definida em seu regimento.

Art. 47. Os projetos componentes dos Programas do Plano Museológico caracterizar-se-ão pela exequibilidade, adequação às especificações dos distintos Programas, apresentação de cronograma de execução, a explicitação da metodologia adotada, a descrição das ações planejadas e a implantação de um sistema de avaliação permanente.

Todos os apontamentos citados anteriormente, somados ao fato de tal projeto e tema ainda não terem sido trabalhados junto ao Programa de Pós Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural impulsionaram a necessidade e oportunidade de executar tal ação. Afinal, busca-se, além de trazer à discussão as questões relacionadas à gestão dos museus, a possibilidade de desenvolver um projeto pioneiro na Região, bem como a entrega de um produto que possa ser efetivado, a curto prazo, pelo Museu.

REFLEXÕES

Desde 1985, com a Declaração do México, se abre o debate e adota-se o conceito de Patrimônio Cultural que, segundo o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS:

É tudo o que, para determinado conjunto social, interessa proteger por ser considerado como cultura própria, o que é base de sua identidade, o que o faz distinto de outros grupos, incluindo não somente monumentos ou outros bens de caráter físico, mas a experiência vivida, que se condensa na linguagem, nos conhecimentos, nas tradições, nos modos de usar bens e espaços. (ICOMOS²)

Neste sentido temos a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural da UNESCO em 1972, e em 1988 a Constituição Federal Brasileira que através do Artigo 216, constitui os bens culturais brasileiros, de natureza material e imaterial.

Podemos dizer que a preocupação em conhecer os artefatos que fazem parte da história e da memória do povo é de suma importância para que a sociedade se reconheça e faça parte das políticas culturais, além de ter sido grande incentivadora para a criação de espaços de memória - Museus.

² http://www.icomos.org.br/001_001.html - acessado no dia 28/04/2013, às 21h42min.

Entendemos que os processos de regulamentação direcionados ao patrimônio cultural são o embrião das ações de preservação do patrimônio, afinal, é necessário conhecer o patrimônio, e isto só se dá através do desenvolvimento de pesquisas e inventários. Indo ao encontro deste apontamento, temos todo um conjunto de ações em nível nacional que corroboram nosso pensamento, dentre elas a criação do Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); a implementação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e a Lei 3.551 de 4 de agosto de 2000 que institui o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial.

Além das regulamentações, temos a ampliação do conceito de Museu e da responsabilidade do mesmo para com o Patrimônio.

Se no século XVIII os Museus firmam-se como espaços de contemplação e aprendizado, direcionado para pessoas mais “instruídas”, no século XIX, influenciados pela Revolução Francesa³, apresentam-se as políticas de nacionalização das coleções dos Museus, o que gera, no século XX, os chamados Museus da Nação, com o intuito de congrega a história dos heróis e feitos nacionais. Proposta esta que se valida no Brasil, passando assim o estado a atuar como vetor das ações de preservação do patrimônio entre as décadas de 20 e 50 do século XX.

Este período de valorização da história dos heróis nacionais foi de suma importância para o fazer museológico e para a noção de patrimônio cultural, pois se percebeu que os hábitos, costumes, modos de fazer e até mesmo os artefatos materiais de parte da população estavam sendo esquecidos. Ficando, no final do período, o questionamento: O que é o patrimônio cultural nacional?

Observa-se, porém, uma mudança de paradigma, o que se constitui em um novo modo de ver os Museus. Em 1972 surge uma nova proposta para o campo museológico. É a chamada Nova Museologia, que se expressa publica e internacionalmente na Mesa Redonda de Santiago do Chile. Este movimento afirma a função Social do Museu e o caráter global de suas intervenções, e é corroborado em 1984 pela Declaração de Quebec que traz Princípios de Base para uma Nova Museologia.

³ Movimento social e político ocorrido na França no final do século XVIII que teve por objetivo principal derrubar o Antigo Regime e instaurar um Estado democrático que representasse e assegurasse os direitos de todos os cidadãos. In: http://educaterra.terra.com.br/voltaire/especial/home_rev_francesa.htm

A chamada Nova Museologia tem a intenção de estimular os museus a se afastarem de uma postura elitista, enfim, busca tornar a ação museológica mais abrangente, enfatizando a necessidade da interação entre o Museu e a sociedade, ou seja, “contribuir para a transformação de uma realidade não dominada pela comunidade num recurso útil para seu desenvolvimento, tanto presente quanto futuro”(Varine, s.a).

Se no começo do século XX os Museus são gerenciados pelo estado e seguem diretrizes de gestão direcionadas para a chamada “história oficial”, o final do século XX e o século XXI apresentam-se como um marco para os processos de gestão compartilhada do patrimônio.

É neste viés que estão as políticas de gestão museológica, afinal existe a necessidade de implementar e disseminar a Nova Museologia e para isso é importante criar diretrizes para padronizar e melhor conhecer e quantificar as ações. Neste momento temos a criação dos cursos de Museologia, com os currículos totalmente embasados nesta Museologia Social, e a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) ligado ao Ministério da Cultura e responsável por “promover e assegurar a implementação de políticas públicas para o setor museológico, com vistas em contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos” (Lei 11.906, art. 1º) sempre em consonância com o Sistema Brasileiro de Museus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os apontamentos feitos na introdução deste artigo constituem uma reflexão teórica a respeito da forma como, enquanto profissional de Museu, entendemos e vemos as instituições museológicas. Entretanto, é importante ressaltar que tais percepções, embora reconhecidas, estavam afastadas do projeto apresentado ao Programa de Mestrado, tendo em vista o caráter mais técnico e direcionado do projeto apresentado.

Porém, ao assistirmos a disciplina Patrimônio, História e Memória em Museus, tais conceitos vieram a discussão, despertando o interesse em refletir a respeito dos conceitos de memória e identidade relacionados aos conceitos de patrimônio cultural e gestão museológica, que já haviam sido trabalhado quando da apresentação do projeto de seleção.

Entretanto, essas novas relações conceituais acabam tornando-se ponto de partida para que se aprofunde o estudo e a avaliação dos mesmos em relação aos novos conceitos que

serão trabalhados na dissertação, sendo os mesmos: Museu, Gestão e Plano Museológico. Afinal é impossível, ao pensarmos o Museu, não nos depararmos com o seu reconhecimento enquanto “lugar de memória”, “templo das Musas”, entre outros. Conceitos com os quais o MADP, enquanto Museu corroborado nas ações da Nova Museologia, não quer e, a nosso ver, não deve estar relacionado.

Além das considerações já apontadas, é importante citar o desenvolvimento das políticas voltadas ao patrimônio e aos Museus, assunto tratado no item Reflexões deste artigo, isto porque o MADP, mesmo não aplicando nenhum tipo de ação de gestão, considera tais transformações de extrema importância para que se defina que tipo de Museu teremos e faremos para as próximas gerações. E esta será a diretriz a ser seguida pela pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FISCHER, Martin. **O Comunitário**, nº 01, p.02 – Suplemento do Jornal Correio Serrano de 1º de Setembro de 1962.
- MARQUES, Mário Osório. **Museu e História**. Cadernos do Museu nº 11. Ijuí. Editora UNIJUÍ, 1981, 67 páginas.
- EDSON, Gary. **Gestão do Museu**. In: Como Gerir um Museu: Manual Prático. ICOM, 2004.
- _____. **Museologia: Roteiros Práticos – Segurança em Museus**. Ed. da USP, 2003.
- VARINE, Hugues de. **Repensando o conceito de museu**. In: GJESTRUM, John Aage; MAURE, Mare. Okosmuseumboka. Noruega: s/e. 1988. p33.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão, Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1990.
- Ciências & Letras. – nº 27 – Porto Alegre; Revista da Faculdade Porto – Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 2000, p349.
- SANTOS, Maria Célia. **Museu: Centro de educação comunitária ou contribuição ao ensino formal?**. Caderno de Sociomuseologia Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2002.

LEGISLAÇÕES

- Código de Ética Profissional do Museólogo – COFEM 1992
- Constituição Federal Brasileira – 1988
- Lei 3.551/00 – Institui o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial
- Lei 11.904/09 – Institui o Estatuto dos Museus
- Lei 11.906/09 – Cria o Instituto Brasileiro de Museus

CARTAS PATRIMONIAIS